

Teoria Sociológica Clássica: o fenômeno religioso em Durkheim, Marx e Weber

Rodrigo Augusto Leão¹

DOI: 10.4025/rbhranpuh.v8i22.28499

Resumo: Este trabalho possui a proposta de, a partir dos textos dos clássicos da Sociologia, oferecer aos estudantes das ciências humanas uma interpretação do fenômeno religioso na Sociologia da Durkheim, Marx e Weber. O intuito é oferecer aos alunos de Ciências Sociais uma apresentação dos principais pontos na Sociologia Clássica que permitam o aprofundamento nos estudos sobre religião. Assim é que a partir das mais importantes passagens nas obras essenciais de Durkheim, Marx e Weber, é possível compreender as especificidades não apenas das ideias de cada um sobre a religião, mas também como a abordagem metodológica estabelecida por cada um desses autores reflete em uma análise particular sobre a realidade.

Palavras-chave: religião, sociologia; método.

Classical Sociological Theory: the religious phenomenon in Durkheim, Marx and Weber

Abstract: This work has the proposal, from the texts of the classics of sociology, offering students of the humanities a interpretation of the religious phenomenon in the sociology of Durkheim, Marx and Weber. The aim is to offer students of Social Sciences a presentation of the main points in Classical Sociology enabling the profound studies on religion. Thus the basis of the most important passages in the essential works of Durkheim, Marx and Weber, is possible to understand the specificities not only the ideas of each about religion, but also as the methodological approach established by each of these authors reflected in a particular analysis of reality.

Keywords: religion, sociology, method.

Recebido em 11/07/2015 - Aprovado em 04/08/2015

Introdução

No contexto das transformações da sociedade europeia ao longo do século XIX, diversos pensadores elaboraram teorias para explicarem a configuração política, econômica e social do período. Neste grupo de autores – Hegel, Spencer, Spinoza, entre tantos – destacamos três que a partir de seus estudos, edificaram teorias que se consagraram como referências para o estudo da sociedade, bem como possibilitaram que a Sociologia tivesse autonomia como ciência para a compreensão do fenômeno social. O trabalho de autores como Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber se tornaram

¹ Professor de História de Educação Básica, de Sociologia no Ensino Superior; Doutorando em Sociologia com ênfase na área de religião. Universidade Federal de Goiás (UFG). Email de contacto: rodrigoale@uol.com.br

referência para a reflexão da sociedade ocidental, sendo que a teoria elaborada por eles sendo quase obrigatória no âmbito das Ciências Humanas.

Assim foi que o método positivista de Durkheim, o materialista de Marx e o compreensivo de Weber ganharam popularidade e ressonância por toda parte e embasando as mais diferentes pesquisas sociológicas. No contexto de elaboração de suas teorias explicativas, a religião ocupou, em maior ou em menor grau, um determinado espaço no trabalho dos autores considerados os “Pais da Sociologia”.

Émile Durkheim concedeu grande importância ao estudo da religião devido ao fato de que ao partir de uma concepção funcional de sociedade, ele via a religião como um sistema gerador de coesão para as pessoas, situação que lhe fez dedicar boa parte de seus estudos ao fenômeno religioso e uma obra inteira sobre o tema – *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. Karl Marx, por sua vez, não dedicou a mesma ênfase aos estudos sobre religião. O autor de *O Capital* esteve mais ocupado em tratar da luta do proletariado pela sua emancipação, sendo assim, Marx repousou a maior parte dos seus estudos para compreender a lógica da sociedade capitalista. A religião, contudo, foi tratada por ele sob dois prismas, quais sejam, como elemento de crítica da filosofia alemã de seu tempo e também como elemento de “alienação” dos trabalhadores. Por fim, Max Weber viu no fenômeno religioso um dos epicentros do processo de racionalização da sociedade europeia. A religião a partir de elementos da ética protestante no contexto da Reforma foi de fundamental importância para a afirmação do capitalismo como sistema econômico e como visão de mundo, moldando a sociedade europeia com fins racionais desde então.

Conhecer a interpretação dada pelos clássicos da Sociologia à religião não é apenas pensar na religião como fenômeno sociológico, mas também compreender as direções que nossos autores empreenderam às suas teorias. Danièle Hervieu-Leger e Jean Paul Willaime veem que a proposição teórica dos clássicos partem de um projeto bem definido de sociedade, sendo assim: “os ‘pais fundadores’ traziam consigo o projeto de uma ciência unificada, cujo desenvolvimento devia se inscrever no movimento irresistível da racionalização e do desencantamento do mundo” (HERVIEU-LÉGER e WILLAIME, 2009, p. 13). Realizaremos uma análise do que foi produzido pelas palavras dos próprios autores recolhidas ao longo de suas bibliografias sobre o fenômeno religioso para podermos conceber e comparar o tratado dado e a relevância da religião para os clássicos da Sociologia.

Durkheim e a função do fenômeno religioso

Produzir uma análise extensiva sobre a concepção sobre determinado assunto de um autor é vasculhar sua obra para encontramos suas formulações sobre o assunto desejado. Quando buscamos mais elementos sobre a interpretação do fenômeno religioso em Émile Durkheim, recorremos imediatamente às *Formas Elementares da Vida Religiosa: o Sistema Totêmico Australiano*, obra paradigmática de seus estudos sobre religião. Iremos mais à frente extrair os principais argumentos durkheimianos em *As Formas*. Entretanto, como afirmamos em nossa introdução, temos que levar em conta que a análise sobre a

religião dos “Pais Fundadores” está anexada a uma concepção teórica e metodológica específica. Sendo assim, devemos sucintamente apresentar o método funcional de Émile Durkheim.

O autor de *As Regras do Método Sociológico* definiu como objeto de estudo da sua Sociologia o fato social. Em sua definição ele apresenta três características determinantes de seu conceito.

Todos os nossos papéis, funções e representações sociais nos são dados antes de nascermos, definidos eles previamente sem que, individualmente, possamos discuti-los. Assim é que quando desempenhamos o papel de irmão, pai, cidadão, estudante, entre tantos, provamos que cumprimos uma determinação que nos vem de fora e, embora haja maus pais, mau irmão, somos obrigados a cumprir nossa função. Portanto a primeira característica do fato social é a sua *exterioridade* que, nada mais é, “maneira de agir, de pensar e de sentir que apresentam essa notável propriedade de existirem fora das consciências coletivas” (DURKHEIM, 2007, p.21).

Dessa primeira característica decorre a segunda: se os fatos sociais são exteriores aos indivíduos, eles também conseguem se impor às pessoas. Durkheim aponta que ainda que qualquer um possa fugir dessas regras elas se voltará contra eles. Assim é que se recusamos cumprir alguma norma da lei ou violamos as normas de condutas estabelecidas pela sociedade sofreremos alguma espécie de sanção. Essa repressão pode ser também mais sutil e menos violenta, como, por exemplo, sermos obrigados a utilizar a língua local ou a moeda de um país, mesmo que tenhamos outras possibilidades. Assim é que essa força imperativa e que é capaz de nos obrigar a determinados comportamentos se configura na segunda característica do fato social, ou seja, sua coercibilidade. Dessa forma, os fatos sociais “são dotados de uma força imperativa e coercitiva em virtude da qual se impõem a ele, quer ele queira, quer não” (*idem*)

A terceira particularidade do fato social é que ele age sobre todo o conjunto de indivíduos de uma determinada sociedade. Assim é que para se identificar o fato social temos que verificar se determinado comportamento influi o comportamento de todos ou da maior parte de um suposto grupo social. Se uma sociedade é mais ou menos xenófoba, se ela é mais ou menos racista, entre outras possibilidades, é uma determinação que será assumida por conta do grau de coletividade e capacidade de coerção que o fato social pode exercer. Entretanto, Émile Durkheim faz uma importante distinção: não basta o fato social ser geral, ele tem que ser coletivo, ou seja, agir sobre e ao mesmo tempo a maior parte da população. Nesse contexto é que Durkheim chega a seguinte definição:

É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais (DURKHEIM, 2007, p.13, grifos do autor).

De posse da famosa definição durkheimiana, temos condições de enxergar como o fenômeno religioso se enquadra dentro de sua Sociologia. A religião pensada como um fato social, possui grande força de coesão social e um sistema gerador de símbolos pelos quais a sociedade se organiza. Apontando a relevância do fenômeno religioso na sociedade, Durkheim faz a seguinte ponderação: “a religião é, decididamente, o sistema de símbolos pelos quais a sociedade toma consciência de si mesma; é a maneira de pensar do ser coletivo” (DURKHEIM, 2000b, p.402). Esse seu apontamento não se encontra em *As Formas*, mas sim em sua outra grande obra sociológica *O Suicídio*, escrita exatamente 15 anos antes de seu grande postulado sobre religião. É dessa forma que percebemos que o fenômeno religioso ocupou um importante espaço no pensamento de Émile Durkheim durante toda sua vida, mas foi apenas em 1912 é que ele produziu um estudo específico sobre o tema.

Com a sua obra, o tema da religião a partir da questão da “efervescência social” e produzindo uma classificação de conhecimento a partir de uma forma de religiosidade, se transformou em um aspecto fundamental no contexto da obra de Émile Durkheim. Renato Ortiz (1989, p.5) afirma que os estudos sobre religião aparecem em uma etapa madura dos estudos de Durkheim, com o autor refletindo e aplicando os principais elementos de seu método elaborados desde o início da década de 1890. Isso não significa, no entanto, que em seus primeiros trabalhos a temática não fosse tratada. Exemplo é que em *As Regras do Método Sociológico*, Durkheim vê a importância do fenômeno religioso como elemento gerador da coerção que faz com que os indivíduos sigam as regras definidas pela sociedade:

Para fazer o indivíduo submeter-se a ela [coerção] de boa vontade, não é preciso recorrer a nenhum artifício; basta fazê-lo tomar consciência de seu estado de dependência e de inferioridade naturais - quer ele faça disso uma representação sensível e simbólica pela religião, quer chegue a formar uma noção adequada e definida pela ciência (DURKHEIM, 2007, p.124).

Durkheim parte do pressuposto que a religião possui o valor de ser capaz oferecer sentido e por contribuir a formar o espírito humano, sendo ela um fenômeno eminentemente social. Importante aspecto destacado pelo autor de *As Formas Elementares da Vida Religiosa* é que a religião atende desejos e necessidades da vida humana, não sendo, assim, a religião uma mera ilusão: “não há, pois, religiões que sejam falsas. Todas são verdadeiras à sua maneira; todas respondem, ainda que de maneiras diferentes, a determinadas condições da vida humana” (DURKHEIM, 2000a, p.31). Essa passagem, além de ser útil para sublinhar a relevância do fenômeno religioso para Durkheim, serve como parâmetro para contrapor a opinião de Karl Marx – que, como veremos à frente, vê a religião como “ópio do povo”.

A religião na ótica durkheimiana refuta alguns aspectos importantes quando se trata dos elementos constituintes da religião. Inicialmente é refutada a ideia que no âmago dessa vivência se encontra a noção de sobrenatural. A partir dessa noção, a religião seria uma espécie de especulação sobre o que foge à racionalidade, explicando aquilo que não se pode compreender. O sobrenatural serviria para explicar o imprevisto, o excepcional e o fora do curso natural das coisas. Durkheim vai afirmar, pelo contrário, que a religião explica o que há de regular e constante na sociedade, justamente pelo caráter social que ela carrega: “ela não foi dada ao homem, foi o homem que a forjou com as próprias mãos juntamente com a ideia contrária (DURKHEIM, 2000a, p.59). É por essa razão que o sobrenatural não seria uma característica central para a compreensão do fenômeno religioso.

Outra ideia decididamente descartada por Durkheim é que para haver religião é necessária a presença de uma divindade. Assim, haveria uma ligação indispensável entre o ser humano e uma, ou algumas, divindades que seria o fio condutor da experiência religiosa. Émile Durkheim rejeita a tese da centralidade de uma divindade para a compreensão da religião afirmando que há religiões em que deuses e espíritos estão ausentes, ou, ao menos, possuem importância relativa. Ele exemplifica sua tese demonstrando que o budismo não tem em Buda não seria um Deus, mas apenas uma inspiração e um modelo a se seguir em busca da iluminação dos seus seguidores, a qual se conseguiria a partir da iniciativa determinante dos indivíduos. Durkheim, assim, decreta: “a religião ultrapassa, portanto, a ideia de deuses e espíritos e, por conseguinte, não podem definir-se exclusivamente em função desta última” (DURKHEIM, 2000a, p.67). Sem negar a importância das divindades, nosso autor vai enxergar que, ainda que inspirada pela presença de deuses e espíritos, não são eles os elementos que caracterizam o fenômeno religioso.

Feitos tais esclarecimentos, Durkheim segue então para promover sua definição do que caracteriza o fenômeno religioso. Partindo da centralidade da questão moral presente na sociedade, o autor salienta que no âmago da questão religiosa está uma função prescritiva que irá conduzir a vivência religiosa, sendo ela da mesma natureza das outras atividades humanas, especialmente das práticas morais. Assim é que, para Durkheim: “os fenômenos religiosos ordenam-se naturalmente em duas categorias fundamentais: as crenças e os ritos. As primeiras são estados de opinião, consistem em representações; os segundos são modos de ação determinados” (DURKHEIM, 2000a, p.67). As crenças exprimem a natureza de um determinado rito, portanto, o rito só pode ser definido após ter-se compreendido uma crença.

É a partir dessa ideia que Émile Durkheim vai conceber que as crenças religiosas possuem um caráter comum, ou seja, supõem uma classificação das coisas em dois gêneros opostos, os quais são definidos por nosso autor como “profano e sagrado”. Cria-se dois polos opostos e competitivos, sendo eles, essencialmente, o ponto fundamental da religião: “a divisão do mundo em dois domínios, compreendendo, um tudo que é sagrado, outro tudo o que é profano, tal é o traço distintivo do pensamento religioso” (DURKHEIM, 2000a, p.68). O profano e o sagrado – polos distintos e rivais – podem

permitir a passagem de um estado para outro, situação que antes de negar a concepção durkheimiana de total oposição dos polos, confirma sua existência e rivalidade em sua capacidade atrativa. É nesse contexto que Durkheim pode oferecer uma explicação sobre a origem da vivência religiosa baseada na concepção que ela se dá pelo antagonismo entre o mundo profano e sagrado:

As crenças religiosas são representações que exprimem a natureza das coisas sagradas e as relações que essas mantêm entre si com as coisas profanas. Enfim, os ritos são regras de comportamento que prescrevem como o homem deve se comportar com as coisas sagradas (DURKHEIM, 2000a, p.72).

Para complementar sua definição de religião, Émile Durkheim precisa fazer a distinção de outros dois elementos transcendentais para a sua concepção: a diferença entre magia e religião. Ele vai ver que ambas possuem características similares, inclusive sendo a magia plena de religião como a religião plena de magia. Durkheim, contudo, produz a diferenciação entre elas afirmando que a magia pressupõe um prazer em profanar as coisas sagradas, já a religião tem um olhar desfavorável em relação às práticas mágicas. O elemento decisivo para a diferenciação entre as práticas mágicas e religiosas é determinada pela presença da instituição de uma igreja. Vejamos:

Uma sociedade cujos membros estão unidos pelo fato de conceber, da mesma maneira, o mundo sagrado e suas relações com o profano, e de traduzir essa concepção comum em práticas idênticas é o que se chama de igreja. Ora, não encontramos na história, religiões sem igreja (DURKHEIM, 2000a, pp.75-6).

As práticas mágicas, por sua vez, não estão presas a uma igreja, sendo essa na concepção durkheimiana a distinção entre magia e religião. Após termos apresentado os argumentos pelos quais Durkheim rejeita outras explicações sobre as características da religião, temos que sublinhar sua própria definição presente em *As Formas Elementares*: “uma religião é um sistema solidário de crenças seguintes e de práticas relativas a coisas sagradas, ou seja, separadas e proibidas; crenças e práticas reunidas na mesma comunidade moral, chamada igreja, todos os que à ela aderem” (DURKHEIM, 2000a, p.79).

É no centro de sua concepção sociológica que Durkheim pensa o fenômeno religioso. Elemento essencial na concepção de representações que regem a sociedade, a religião mereceu grande destaque na sociologia durkheimiana. A religião é uma forma de, ao mesmo tempo, conceber e de se exercer a vida social, razão pela qual ela ocupou um importante espaço dentro da teoria sociológica de Émile Durkheim.

Karl Marx e a concepção materialista da religião

No contexto filosófico-político da Europa na segunda metade do século XIX, uma figura surgiu para revolucionar o pensamento social do período: Karl Marx. A partir de uma interpretação própria sobre a realidade empírica, Marx colocou em xeque as teorias mais robustas de seu tempo – seja de Friedrich Hegel e seus seguidores na Filosofia, seja de Adam Smith e David Ricardo na Economia. Surgiu uma concepção da sociedade e dos indivíduos que tinha como base a condição material da realidade em detrimento das concepções idealistas tradicionais, especialmente na Alemanha, com as de Immanuel Kant e do próprio Hegel.

Marx via que os indivíduos contraindo relações políticas e sociais determinadas produziam uma realidade igualmente determinadas a partir de um modo de produção específico. Nos atendo à especificidade do tema deste trabalho – a interpretação do fenômeno religioso em Karl Marx –, não iremos nos alongar na apresentação de outros aspectos da teoria marxiana como luta de classes, o materialismo histórico dialético, sua crítica ao capitalismo, entre outros. Devemos, todavia, sublinhar que Marx vai deixar bem estabelecido que as relações sociais são claramente definidas e ordenadas: “O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção.” (MARX, 2008, p.11).

Nesse sentido, uma noção muito importante para se pensar a realidade é a ideia de infraestrutura e superestrutura. Acontece que Marx concebia que a infraestrutura econômica de uma sociedade condicionava as superestruturas existentes (como o Direito, a Filosofia, a Moral e a Religião). A teoria materialista estabelecida por Marx parte do pressuposto que as ideias e pensamentos dos seres humanos são produto justamente dos tipos de relações sociais estabelecidas – relações que na sociedade capitalista são relações de exploração de uma classe (burguesia) em relação à outra (proletariado). Em *Ideologia Alemã*, Karl Marx busca rechaçar as concepções idealistas afirmando:

Assim, a moral, a *religião*, a metafísica e todo o restante da ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, perdem logo toda a aparência de autonomia. Não tem história, não tem desenvolvimento (MARX, 2008, p. 19, grifo nosso)

Importante notar nessa passagem a submissão das ideias à realidade material, entre elas, a religião. Entretanto, deve-se estar atento que quando a partir de uma concepção materialista da realidade é pensada pela relação da infraestrutura com as infraestruturas, tem que ser levado em consideração o caráter dialético dessa relação, com o fator determinante sendo o econômico, mas que não retira a ação das superestruturas, apenas sendo elas determinadas a partir da infraestrutura econômica. Quando se minimiza a relevância da noção de infraestrutura e superestrutura, normalmente não se

leva em consideração justamente o caráter dialético dessa relação como muitos críticos² o fazem, situação que resulta em um rótulo das postulações de Karl Marx como “deterministas”. Refutando esse tipo de crítica à concepção materialista concebida por Marx, seu grande companheiro Friedrich Engels destacou o fato de que as superestruturas são importantes e destacadas na sociedade, apenas lembrando que elas estão ligadas à infraestrutura, como Bourdieu iria em sua teoria estabelecer, “estruturas estruturadas”. Com o intuito de embasar nossa interpretação, somos obrigado a reproduzir uma citação de uma carta escrita por Engels na qual ele faz uma defesa do materialismo histórico dialético, argumentando os seguintes fatos:

Segundo a concepção materialista da história, o fator determinante na histórica é, *em última instância*, a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu, nunca afirmamos mais do que isso. Se, depois, alguém torce esta preposição para lhe fazer dizer que o fator econômico é o *único* determinante, transforma-a numa frase vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da superestrutura – as formas políticas das lutas de classes e os seus resultados; as Constituições estabelecidas uma vez ganha pela classe vitoriosa, etc. –, as formas jurídicas, e mesmo os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro de todos esses participantes, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, *concepções religiosas* e o seu desenvolvimento ulterior em sistemas dogmáticos exercem igualmente a sua ação no curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam-lhe propriamente a *forma* [...]. Somos nós próprios quem faz a nossa história, mas, antes de mais, com premissas e em condições muito determinadas. Entre todas, as condições econômicas é que são finalmente determinantes. Mas as condições políticas, etc., até mesmo a tradição que pesa no cérebro dos homens, desempenham igualmente um papel, ainda que não decisivo (MARX. 1975, p. 303, grifos do autor³).

² Mais à frente iremos apresentar a interpretação sobre a religião de Max Weber. Nos interessa aqui destacar o lado crítico da teoria marxista que pautou diversas passagens suas. Em uma dessas, ele critica justamente o materialismo histórico de Marx em sua análise sobre religião, com o autor de A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo tachando de “ingênua” o referencial adotado por Marx. Em sua obra, Weber refuta a possibilidade de que o protestantismo seria apenas um reflexo de uma infraestrutura econômica a partir da “concepção do materialismo histórico ingênuo segundo a qual ‘ideias’ como essa [protestantismo] são geradas como ‘reflexo’ ou ‘superestrutura’ das situações econômicas” (WEBER, 2004, p.48).

³ Todos os grifos são de Friedrich Engels, exceto a passagem sobre “concepções religiosas” grifada por nós.

Essa é uma das especificidades da teoria de Karl Marx, ou seja, a submissão das ideias e da cultura à realidade material da sociedade capitalista, como já se disse acima, relações de exploração. O comprometimento de Marx com a revolução do proletariado vai ser mais determinante do que qualquer tratado específico sobre a religião, diferentemente do que realizaram Emile Durkheim e Max Weber. A religião seria mais um elemento de “alienação” das massas sobre a realidade de exploração na qual elas estão inseridas – não a principal, não a mais decisiva, mas a religião, especialmente o cristianismo, contribuía com o mascaramento das relações de exploração presentes na sociedade capitalista.

É no início da década de 1840 que Marx vai iniciar a contestação das teses de Hegel e aqueles que seguram as ideias do autor de *A Fenomenologia do Espírito*. Inclusive, vai ser na *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* onde Karl Marx vai enunciar suas frases mais diretas sobre sua interpretação do fenômeno religioso. O autor partia do pressuposto que desmascarando a forma de “alienação” sagrada (a religião), as outras formas de dominação presentes na sociedade capitalista também seriam desveladas. Marx em seu texto afirma que a religião é uma criação “fantástica da essência humana”, uma ideia que domina o corpo, situação que confronta tudo aquilo que ele pensa sobre a realidade. Essa “ilusão” criada pela religião deve ser suprimida em benefício do povo, pois:

A angústia da religião é, ao mesmo tempo, a expressão da verdadeira angústia e um *protesto* contra a verdadeira angústia. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo (MARX, 2005, p. 146, grifo nosso).

A noção de “ópio do povo” se banalizou com o tempo, sendo ela usada também para se referir sobre ilusões na arte, no esporte e qualquer outra situação que mascare a realidade. Contudo, o âmago dessa ideia está intrinsecamente ligado à vivência religiosa que Marx tanto se opunha. A religião é vista como algo extremamente negativo na sociedade que reflete um mundo pautado pela exploração e desigual. Entretanto, a religião pode também ser veículo de protesto dessa mesma situação. No parágrafo seguinte a essa citação que fizemos, Marx vai nos oferecer a seguinte reflexão:

A abolição da religião *como* felicidade ilusória do povo é uma exigência que a felicidade real formula. Exigir que ele renuncie às ilusões acerca de sua situação é exigir que renuncie a uma situação que precisa de ilusões. A crítica da religião é pois, em germe, a crítica deste vale de lágrimas de que a religião é a auréola (MARX, 2005, p.146, grifos nossos).

Temos então uma passagem em que Marx indiscutivelmente clama pela supressão da religião da sociedade, pois ela é um elemento de ilusão que contribui para a perpetuação do estado de exploração vigente na sociedade capitalista. Sem querer contestar o evidente caráter negativo dado à religião por Karl Marx, temos que levantar a seguinte hipótese: se – com base nas próprias palavras de Marx – a religião pode ser protesto do povo contra sua miséria real e que ela deve ser suprimida como felicidade ilusória⁴, abre-se uma janela para que ela não seja apenas um elemento de ilusão.

Portanto, o a interpretação realizada por Karl Marx sobre a religião é permeada pela sua concepção materialista da realidade que atribui um caráter negativo a esse fenômeno no contexto da sociedade – e da religião – do século XIX. O comprometimento de Karl Marx era com a revolução do proletariado e com a luta contra a opressão sofrida pelos trabalhadores e todos os seus símbolos. A religião, a partir dessa situação, foi concebida por Karl Marx como uma ferramenta para camuflar a realidade da luta de classes existente na sociedade capitalista e também como elemento relativizador da realidade injusta presente. Entretanto, sociologicamente, em que pese a atualidade e a consistência da produção de Marx, devemos levar em consideração a realidade da sua época, especialmente sobre a visão acerca da religião. Marx não foi mais além sobre o caráter contestador e crítico da religião na sociedade, visto que sua preocupação era desmascarar os elementos opressores contra o proletariado, especialmente o sistema capitalista e o Estado, não sendo a religião o elemento determinante para a opressão, sendo ela um reflexo do estado de coisas da sociedade capitalista.

Weber e a ética religiosa

O pensamento sociológico de Max Weber parte do princípio de que para se estudar a sociedade não se deve estar preso a leis ou desprezar os elementos mais sensíveis e subjetivos presentes nas relações humanas. Desta forma, Weber rejeitou os pressupostos do positivismo e promoveu, especialmente, uma resposta à concepção materialista da História de Karl Marx, com Weber desenvolvendo um método que, para ele, captaria os aspectos mais importantes das sociedades estudadas. Sua abordagem, nesse contexto, não buscava obter a “verdade do fatos”, mas sim aproximações da realidade estudada – que em Weber é considerada infinita e inesgotável – para que se encontre evidências que permitam prosseguir se continue na pesquisa. Por essa razão que o método científico elaborado por Max Weber ficou consagrado como “compreensivo”, ou seja, não é tentado estabelecer verdades irrefutáveis sobre a realidade, mas apenas obter elementos que ajudem a compreendê-la.

⁴ E se a religião não for elemento de ilusão ela deve ser suprimida? Um movimento religioso oriundo da Igreja Católica – A Teologia da Libertação – se colocou contrário ao cenário de pobreza e injustiça vigentes na América Latina, postulando-se contrários ao sistema capitalista e à grande burguesia, utilizando-se inclusive de elementos da teoria marxista.

O fenômeno religioso possui um papel essencial para a teoria weberiana. A religião contribuiu de forma decisiva para o processo de racionalização da sociedade ocidental, especialmente com o advento do protestantismo, o qual entrou em simbiose com o capitalismo dando uma nova dinâmica à sociedade. Devemos, portanto, sem mais demora apresentar a hipótese weberiana ao fenômeno religioso com contexto de sua produção sociológica.

Partindo de uma concepção de “tipo ideal”, Max Weber tem condições de afirmar que a sociedade é composta por diferentes esferas de valor, as quais organizavam as relações em uma dada sociedade. Essas esferas podem ser divididas em racionais (política, econômica e intelectual); e irracionais (estética, erótica e religiosa). Essas esferas mantêm autonomia e independência entre elas, não raro sendo os choques entre elas. A esse respeito, Weber afirma:

As esferas individuais de valor estão preparadas com uma coerência racional que raramente se encontra na realidade. Mas *podem* ter essa aparência na realidade e sob formas historicamente importantes, e realmente a têm. Tais construções possibilitam determinar o local tipológico de um fenômeno histórico (WEBER, 1982, pp. 371-72. Grifo do autor).

Max Weber vai defender a tese que antes da modernidade, a esfera religiosa possuía uma importante – e decisiva – influência sobre as demais esferas de valores da sociedade, balizando a religião os comportamentos políticos, econômicos, sexuais, entre outros. Com o processo de racionalização ocorrido no ocidente, a religião perdeu esse caráter determinante em relação às outras esferas de valores, mas ainda possuindo capacidade relativa de influenciar as demais esferas. É por esse fio condutor é que o referido autor vai trabalhar sua obra mais conhecida: *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

Antes de entrarmos diretamente no famoso texto weberiano, devemos apresentar o que é concebido sobre a atitude religiosa. Weber em seus estudos sobre religião identificou duas posturas inexoravelmente opostas e contraditórias: a ação mística e a ação ascética. Antônio Flávio Pierucci, analisando a produção weberiana sobre religião, nos afirma que Weber “volta várias vezes aos conceitos tipológicos de *ascetismo* e *misticismo*, que pouco a pouco vão se tornando mais bem delineados e vigorosos como tipos ideais [...]” (PIERUCCI, 2003, p. 96, grifos do autor).

O místico era a figura que mantinha uma atitude contemplativa e passiva em relação ao mundo, rejeitando e fugindo da realidade material que nele existia. Ele espera a concessão da graça, acomodando-se e não atuando de forma decisiva sobre a realidade na qual ele está inserido. Assim é que:

Para o verdadeiro místico, continua válido o princípio: a criatura deve estar calada, de modo que Deus possa falar. Ela “está” no mundo e se “acomoda” externamente às suas ordens, mas apenas para adquirir a certeza do seu estado de graça em oposição ao mundo, resistindo a levar a sério os seus processos (WEBER, 1982, p. 374).

No polo contrário encontra-se o asceta intramundano. Por um lado, ele, assim como o místico, reconhece que o mundo está tomado por tentações e desvios para a sua fé. Por outro, contudo, ele se diferencia de forma fundamental de seu antagonista ao agir de forma direta sobre o mundo: ele é ativo e transformador da realidade na qual ele se insere. A salvação está no mundo e ele deve atuar de forma que ele possa adquirir por seus próprios meios a graça. Isso porque “o ascetismo opera dentro do mundo; o ascetismo racionalmente ativo, ao dominar o mundo, busca domesticar o que é da criatura e maligno através do trabalho numa vocação ‘mundana’” (WEBER, 1982, p. 374). É justamente o ascetismo que vai ser a atitude religiosa decisiva para a afirmação do capitalismo na sociedade ocidental, bem como para a atitude racional que irá ser a tônica da modernidade.

Com toda uma sociologia para se pensar a religião, Max Weber iniciou a confecção de sua grande obra-prima: *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Sua primeira parte foi publicada em 1904 denominada “O Problema”, na qual ele demonstra sociologicamente sua abordagem compreensiva sobre o fenômeno religioso a partir da emergência da Reforma Protestante e suas implicações para a sociedade ocidental. Após 1904, Weber foi aos Estados Unidos da América e tomou contato com a diversidade das denominações existentes por lá, momento que gerou a inspiração necessária para escrever a segunda parte da obra que se tornaria paradigmática para a Sociologia.

A tese fundamental de Max Weber é que haveria uma relação determinante entre o surgimento de uma ética religiosa – a protestante, notoriamente do seu ramo calvinista – e a afirmação do capitalismo como sistema econômico e de valores. Essa afirmação do capitalismo não se daria apenas pelo enriquecimento de um determinado estrato da sociedade, mas sim por uma mudança determinante na maneira de se conceber a religião e viver o mundo. Iniciando sua pesquisa, chamou a atenção de Max Weber na Alemanha o:

Caráter predominante *protestante* dos proprietários do capital e empresários, assim como das camadas superiores da mão-de-obra qualificada, notadamente do pessoal da mais alta qualificação técnica ou comercial das empresas modernas (WEBER, 2004, p.29, grifo do autor).

Sua concepção compreensiva da realidade o inclinava a perceber o lado mental da afirmação do capitalismo. Diz-se afirmação porque a ânsia por lucros, a ambição e a

cobiça sempre existiram na história da humanidade. O que o autor destaca (WEBER, 2004, p.45) é que faltava o aspecto racional dessa procura, algo que ocorreu a partir da Reforma Protestante. Max Weber tenta refutar a ideia de que o capitalismo moderno foi resultado da ação de indivíduos que espontaneamente revolucionaram a história da sociedade ocidental, sendo que, na realidade, a ação dos capitalistas é precedida por uma sutil, porém decisiva mudança em suas mentalidades:

Não foram geralmente especuladores temerários e sem escrúpulos, aventureiros econômicos [...] os agentes dessa guinada aparentemente discreta e no entanto decisiva para que se impusesse esse novo espírito [do capitalismo], mas sim homens criados na dura escola da vida, a um só tempo audazes e ponderados, mas sobre tudo *sóbrios e constantes*, sagazes e devotados à sua causa, homens com visões e “princípios” rigorosamente burgueses (WEBER, 2004, pp. 61-2. Grifos do autor).

Explicando a especificidade dessa mentalidade, Max Weber vai demonstrar que duas ideias geraram comportamentos decisivos para a ação racional que, a partir de uma motivação religiosa, iriam determinar uma conduta que iria favorecer a acumulação de capital: as noções de predestinação e vocação.

Na leitura da Bíblia dos reformadores protestantes – especialmente pela interpretação de João Calvino –, o peso do pecado original seria tão grande que nada que fosse feito pelas pessoas em vida conseguira lhes trazer a salvação. Homens e mulheres teriam um dom específico dado por Deus, uma talento que não deveria ser desperdiçado e que seria utilizado em “favor do Senhor”. Max Weber, refletindo sobre essa situação, vê que essa ideia de predestinação surgida no âmbito da Reforma favoreceu um comportamento nos indivíduos que o trabalho e os bens não teriam como resultado a satisfação pessoal, mas sim a concretização de uma convicção religiosa que seria confirmada pelo seu trabalho. Assim, quanto mais se trabalha e se cresce profissionalmente, mais perto de Deus se fica, porque: “a graça de Deus é tão imperdível por aqueles a quem foi concedida como inacessível àqueles que foi recusada” (WEBER, 2004, p.95).

Sobre a ideia de vocação, Weber vê que com a Reforma surgiu uma atitude nova em relação ao trabalho. Em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, seu autor diz que a noção de vocação presente nos textos dos reformadores – especialmente em Calvino – sacralizou o ato de trabalhar, o qual passou a ser tratado não apenas como uma obrigação ou dever, mas como uma missão a se cumprir no mundo. O trabalho seria um meio de se obter a salvação bem como um talento dado por Deus ao indivíduo que não poderia recusá-lo. Assim é que:

Querer ser pobre, costumava-se argumentar, era o mesmo que ser doente, seria condenável na categoria de santificação pelas obras, nocivo portanto à glória de Deus. E, ainda por cima, quem pede esmola estando apto ao trabalho não só comete o pecado da preguiça, como também afronta o amor ao próximo [...] (WEBER, 2004, p. 148).

Max Weber demonstra por meio de seu trabalho que uma interpretação racional da Bíblia fez com que surgisse uma ética profissional que preconizava o trabalho e o progresso como sinal que determinada pessoa seria “escolhida por Deus”, situação que entrou em afinidade com o princípio de acumulação e investimento do capitalismo. A religião deixou de ser apenas um valor contemplativo dado a uma religião para ser uma ação racional para a efetivação da crença religiosa. Metodologicamente, interessa-nos como Weber refuta uma explicação material e objetiva para ofertar uma proposta compreensiva do papel dos indivíduos e suas ideias sobre as esferas da sociedade, pois o pensamento e a ética protestante contribuem para mostrar: “o modo como as ‘ideias’ em geral se tornam eficazes na história” (WEBER, 2004, p.81).

Considerações Finais

Estudar as teorias dos clássicos da Sociologia é um ato que implica extremo cuidado nas leituras que se fazem de Durkheim, Marx e Weber, visto que suas teorias são referência – não apenas para a Sociologia, mas também para as Ciências Humanas de forma geral –, sendo elas intensamente revisadas, o que reduz a capacidade de inovação. Entretanto, cada leitura oferece uma interpretação particular e específica sobre os mais diversos temas que nossos autores ofereceram suas análises e, quando se trata do fenômeno religioso, devemos observar as particularidades em cada abordagem, visto que uma noção de religião está intrinsecamente ligada a uma metodologia específica. Nosso trabalho embora seja de natureza introdutória sobre a relevância do fenômeno religioso para Durkheim, Marx e Weber, chega a importantes conclusões sobre o tema.

Quando Durkheim estuda o fenômeno religioso ele age a partir de sua concepção de que os dados empíricos devem ser classificados para que seja possível realizar um enunciado geral sobre determinado aspecto da realidade. Assim, ele buscou a “religião mais simples” – no totemismo australiano – para anunciar que as crenças e os ritos são os aspectos determinantes do fenômeno religioso e, desta forma, aplicar sua ideia em todas as outras formas de religião.

Karl Marx, por sua vez, em sua luta pela causa do proletariado, elaborou uma filosofia prática que guiasse os trabalhadores em sua luta pela emancipação. Todos os aspectos que contribuíssem para a exploração e manutenção da opressão contra o proletariado deveriam ser extirpados da sociedade. A religião, nesse contexto, foi vista como um aspecto que não apenas refletia a realidade desigual da sociedade como contribuía para a manutenção dessa situação, razão pela qual Marx demandava sua

supressão enquanto fenômeno ilusório e enganador da realidade desigual da sociedade para o proletariado.

Max Weber, finalmente, compreendendo o fenômeno da modernidade que reestruturava as relações sociais no ocidente, viu na religião um aspecto essencial nesse processo. A religião ao se racionalizar e a partir do ascetismo, teve com a Reforma Protestante o surgimento de uma ética religiosa que se confundiu com uma ética profissional e a simbiose entre a ética protestante, especialmente do ramo calvinista, e preceitos do capitalismo deram forma a nossa sociedade atual, situação que demonstra, não apenas a relevância do fenômeno religioso na construção da modernidade, mas também a importância das ideias na história.

Referências Bibliográficas

- DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. *O Suicídio*. São Paulo: Martins Fontes, 2000b.
- _____. *As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 2000a.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle; WILLAIME, Jean-Paul. *Sociologia e Religião: abordagens clássicas*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2009.
- MARX, Karl. *Ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Fontes, 2008.
- _____. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Sobre a religião*. Lisboa: Edições 70.
- PIERUCCI, Antonio. *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. A Psicologia Social das Religiões Mundiais. In: WEBER, Max. *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.